

# Igreja debaterá Constituinte

Bases serão chamadas a dar subsídio à comissão de Tancredo

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos de Brasil, dom Ivo Lorscheiter, anunciou ontem que a Igreja enviará às suas bases, paróquias e dioceses subsídios para provocar uma discussão sobre a nova Constituição, visando obter contribuições para a comissão especial que acompanhará a elaboração da Carta.

Conforme explicou dom Ivo, nesta segunda fase, a Igreja pretende que as bases façam uma reflexão profunda sobre o valor da Constituição e também sobre alguns pontos que considera nevrálgicos, como as tarefas do Estado, direitos do cidadão e direito de propriedade, entre outros assuntos. Esta discussão em torno da Constituição, segundo ele, se dividirá em três partes. Assim, numa terceira fase, em que serão abordadas questões mais técnicas, a Igreja não pretende participar. Contudo, entende que os leigos poderão apresentar sugestões sobre o conteúdo da Constituição.

Dom Ivo defendeu ainda que a composição da Assembleia Constituinte não seja restrita a representantes dos partidos políticos, mas que haja a participação de outros segmentos da sociedade. Ele afirmou que embora sabendo da fragilidade desta proposta, uma vez que é muito difícil conhecer quem representa quem, uma assembleia somente com membros de partidos políticos não seria suficientemente representativa.

Disse ainda que a Igreja está procurando saber o que foi feito em 1934 quando também houve uma tentativa de modernização da República. Lembrou o bispo que o cardeal Lene, do

Rio de Janeiro, e Tristão de Athayde fizeram um excelente trabalho, introduzindo o voto inclusive da mulher. Isto, entretanto, não significa que a Igreja pretenda espelhar o seu trabalho exclusivamente no que foi realizado no passado, mas prova que houve precedente na história do Brasil em que ela atuou com muita força. Por outro lado, já naquela época foi levantada a vertente da constituinte ter representantes classistas.

"Nesta Nova República — salientou dom Ivo —, nós queremos que os leigos façam o que não puderam fazer até hoje. A CNBB quer criar espaços, quer encorajar. Neste momento, não estamos preocupados com o conteúdo da Constituição, mas com a participação do povo", acrescentou.

Dom Ivo disse ainda que, durante o encontro com o presidente eleito Tancredo Neves, estas fases do trabalho da Igreja no acompanhamento da elaboração da Constituição foram colocadas. No que se referiu à participação classista, o presidente falou da possibilidade de ampliar a Assembleia Constituinte.

O bispo não acrescentou muito sobre a visita do presidente Tancredo Neves à CNBB, no início da semana. Reafirmou que as questões educacional e fundiária foram abordadas por iniciativa do presidente. Assim, ele aproveitou a oportunidade para colocar ao presidente uma proposta simples dos bispos gaúchos quanto à reforma agrária. A proposta parte do princípio de que, já que o Incra estabeleceu um módulo mínimo, falta agora definir um módulo máximo, como alternativa para acabar com os latifúndios.

JOSE ALBERTO



Esta pira, na W-3 Norte, ficará acesa até a convocação da Constituinte

## ABI defende anistia ampliada

Rio — O conselho administrativo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em sua reunião de fevereiro, deu um voto de confiança ao governo Tancredo Neves, num documento onde afirma o apoio à campanha pela Assembleia Nacional Constituinte e o apelo à extensão da anistia de 1979 a todos os que foram demitidos de seus cargos, empregos ou funções, ou alcançados por atos disciplinares, por motivos comprovadamente políticos. A ABI salienta, por outro lado, que não pode se considerar revanchismo político a responsabilização criminal daqueles que lesaram a economia pública ou privada, em especulações bolsistas ou bancárias.

O documento, apresentado pelo presidente do conselho, Mário Martins, e aprovado por unanimidade, esteve submetido a debate, com intervenções dos conselheiros Hélio Fernandes, Raimundo Faoro, Hélio Silva, Alberto Rajão, Antônio Houaiss, José Honório Rodrigues, Maurício Azedo, Barbosa Lima Sobrinho, Maria Lúcia Amaral e o próprio Mário Martins.

E o seguinte o texto da resolução, remetido ao presidente eleito Tancredo Neves, com assinatura do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, e do Conselho Administrativo, Mário Martins:

a) — Oficiar ao Exmo. Sr. Presidente Tancredo Neves felicitando-o e com ele se congratulando por sua vitória no pleito sucessório presidencial consa-

grado pela livre manifestação do Congresso Nacional, de acordo com a Legislação vigente.

2) — Registrar ter havido, naquela oportunidade, o primeiro resgate dos compromissos assumidos pelo candidato — quando afirmara que só iria ao Colégio Eleitoral para implodi-lo definitivamente.

3) — Agradecer ao presidente Tancredo Neves suas honrosas referências à ABI, em seu primeiro pronunciamento como Chefe de Estado recém-eleito, no qual o reconhecimento da nossa representatividade e da nossa participação na luta pela restauração da democracia brasileira, nos dá a segurança do dever cívico cumprido.

4) — Rejubilar-se com S. Exa. por ter, desde logo, instaurado com autoridade, dignidade e liberdade, o processo de entrevistas coletivas com a Imprensa, cabendo, ainda, agradecer a primazia dada na oportunidade ao nosso presidente Barbosa Lima Sobrinho.

5) — Considerar que essas manifestações de apreço à ABI se estendem, de direito, aos integrantes de administrações anteriores desta casa, a todos os profissionais de Imprensa do País, aos jornais e emissoras que nestes vinte e um anos, sob riscos de toda a natureza, travaram o bom combate contra a censura, contra o esmagamento da sociedade civil, contra as leis e tribunais de exceção, e alcançam, também, todos os que comungaram com a ABI nas campanhas pela anistia, por eleições

diretas, pela libertação de presos políticos e pela redemocratização do País.

6) — Salientar que tais homenagens devem ganhar relevo nas pessoas de Barbosa Lima Sobrinho e Pompeu de Souza, por suas vigorosas atuações em defesa dos Direitos Humanos e da liberdade de expressão, como representantes da ABI no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e no Conselho Federal de Censura, respectivamente.

7) — Reiterar seu compromisso de ativa participação na campanha pela Assembleia Nacional Constituinte, à cuja soberania caberá estruturar, de forma digna e duradoura, a ordem jurídica da Nova República e confirmar a legitimidade dos poderes da União e a integridade dos mandatos de seus interpretantes.

8) — Conceder, sem qualquer injunção partidária, um voto de confiança na ação do próximo presidente da República, que declare o propósito de constituir o seu Governo convocando a probidade, a competência, a participação política e a representatividade federativa, num somatório de valores, e não numa divisão de cargos.

9) — Proclamar que nesse recrutamento de personalidades expressivas, a mulher brasileira deve estar presente, não como uma homenagem simbólica, mas como expressão de reconhecimento de sua comprovada capacidade para o desempenho das mais altas tarefas de interesse nacional".

## Andes quer ampla mobilização

Vitória — Reunidos em duas sessões plenárias ontem, os professores que participam do VI Congresso Nacional da Associação dos Docentes do Ensino (ANDES), aprovaram proposições no sentido de "lutar por uma ampla mobilização popular pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte que elabore uma nova Constituição para o País, a exemplo do que ocorreu durante a campanha pelas diretas já".

Nas plenárias de ontem foi ainda escolhida uma comissão que vai elaborar o texto final das reivindicações dos professores a se-

rem encaminhadas ao presidente eleito Tancredo Neves antes de sua posse. O documento será submetido à plenária de encerramento do Congresso amanhã à tarde.

A presidente da Andes, Maria José Feres Ribeiro, disse que a entidade se posicionou unanimemente favorável à convocação de uma Constituinte "Livre, Democrática e Soberana", anunciando ainda outras posições assumidas pelos delegados em releção ao assunto. "Os professores se posicionaram contra a proposição de dar a este ou ao próximo Congresso atribuições constituintes, prevalecendo a posição de eleger os constituintes com um mandato limitado ao prazo para a elaboração da nova Constituição do País", explicou a professora.

Outra deliberação adotada ontem pelo plenário do Congresso foi remeter para discussão nas bases — em todas as universidades do País — a questão da desvinculação da Assembleia Nacional Constituinte do Congresso Nacional, com as seguintes indagações: quem vai legislar durante o período em que durar a Constituinte? Quem assumirá responsabilidade pelas leis ordinárias? Pode a Assembleia Nacional Constituinte ter um mandato de Congresso? Essas questões serão debatidas em assembleias promovidas pelas Associações de Docentes de cada universidade e as posições definidas serão debatidas no próximo Conselho Nacional de Associações de Docentes, que se realizará ainda neste primeiro semestre.

ANC 88  
Pasta 03-05/85  
001/1985